

A Agência MESOVALES: estratégia de mobilização, articulação e criação – um relato de uma experiência

MESOVALES Agency – strategy of mobilization, articulation and creation – account of na experience

Geraldo Antônio dos Reis^{*}
Maria Ivanilde Pereira^{**}
Roney Versiani Sindeaux^{***}

Resumo: O Ministério da Integração Nacional, ao repensar o conceito de integração e de desenvolvimento regional, adotou uma política de fortalecimento dos espaços regionais confluentes, visando à redução dos desequilíbrios que nortearam o processo de desenvolvimento no Brasil, com a implementação do Programa de Mesorregiões Diferenciadas - PROMESO. Um dos espaços definidos como região de ação prioritária pelo Programa foi a Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, composta por municípios dos Estados da Bahia, do Espírito Santo e de Minas Gerais. A implementação do PROMESO nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri contou com a participação da Universidade Estadual de Montes Claros — Unimontes, culminando na criação da Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri — MESOVALES, que se constitui num espaço de articulação política e social em prol do desenvolvimento com sustentabilidade nessa área do país. O artigo relata a experiência do *Fórum* e da criação da Agência Mesovalles.

Palavras-chave: Desenvolvimento integrado e sustentável, desenvolvimento regional, mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, estratégia, mobilização e articulação, MESOVALES, UNIMONTES, Ministério da Integração Nacional

Abstract: The Ministry of the National Integration, when rethinking the concept of integration and regional development, adopted a policy towards the strengthening of the confluent regional spaces which aims at reducing the unbalance that had guided the process of development in Brazil, with the implementation of the Program PROMESO. One of the spaces defined as a region of priority action for the Program was the Mesorregião of Jequitinhonha and Mucuri Valleys, composed by cities from the States of Bahia, Espirito Santo and Minas Gerais. The implementation of the PROMESO in the Valleys counted on the participation of Montes Claros State University - Unimontes, culminating in the creation of the Agency of Integrated and Sustainable Development of the Mesorregião of Jequitinhonha and Mucuri Valleys - MESOVALES, which constitutes itself in a space of social and political articulation in favor of the sustainable development in this area of the country. The article is an account of the experience of the Forum and the creation of Mesovalles Agency.

* Mestre em História Econômica pela USP; professor do Departamento de Economia e Pró-Reitor de Extensão da UNIMONTES; e-mail: geraldoareis@unimontes.br

** Mestre em Economia pelo CEDEPLAR / UFMG; professora dos Departamentos de Economia e Saúde Coletiva e Coordenadora de Extensão Comunitária da Unimontes; e-mail: ivanilde.pereira@unimontes.br

*** Mestre em Administração pelo CEPEAD / UFMG; professor do Departamento de Administração e Coordenador de Pós- Graduação da UNIMONTES; e-mail: roney.sindeaux@unimontes.br

Key words: Integrated and sustainable development, regional development, Mesorregião of Jequitinhonha and Mucuri Valleys, strategy, mobilization and articulation, MESOVALES, UNIMONTES, Ministry of the National Integration

1. Introdução

O desenvolvimento econômico tornou-se tema de debate acadêmico e assunto presente na agenda pública de diversos países, especialmente no pós-guerra. Mesmo que desde os economistas clássicos, como Smith e Ricardo, e os neoclássicos, como Walras e Marshall, houvesse uma preocupação com as condições que garantissem o progresso econômico, somente no pós-guerra surgiu uma vasta literatura econômica admitindo que o desenvolvimento econômico exigiria a intervenção pública.

Concomitantemente, governos de diversos países passaram a orientar suas políticas para a promoção do desenvolvimento econômico¹.

Antes de 1930, os economistas clássicos e neoclássicos salientavam que o desenvolvimento seria a consequência natural da alocação eficiente dos recursos, assegurada pelo livre mercado, pelo livre comércio e pela eliminação de todos os obstáculos ao funcionamento do sistema econômico. Dentro desta concepção, o atraso ou subdesenvolvimento econômico era entendido como resultado de distorções existentes que emperravam o funcionamento eficiente do mercado e/ou uma etapa obrigatória que todos os países teriam de percorrer até atingirem o estágio avançado do desenvolvimento. Ao Estado, portanto, não caberia um papel ativo na promoção do desenvolvimento.

No pós-guerra, acontecimentos importantes contribuíram para o surgimento de novas concepções que rivalizariam com a velha tradição liberal. Em primeiro lugar, as políticas keynesianas que, desde os anos 30, conferiam ao Estado um papel destacado na promoção da estabilização econômica nos momentos de crise e no alcance do pleno emprego, por meio do incremento dos gastos públicos. Em segundo, o processo de emancipação das antigas colônias, especialmente da África, contribuiu para colocar em evidência a situação

¹ Para a tradição marxista, o capitalismo seria uma etapa importante para o desenvolvimento das forças produtivas e para a eliminação de todos os entraves do sistema feudal. Contudo, o desenvolvimento capitalista seria acompanhado pela pauperização das massas, processo inevitável que provocaria crises que levariam à ruína do sistema. Isto é, o aumento da produção de riquezas provocaria a miséria e o pauperismo dos trabalhadores, de tal modo que o sistema capitalista seria incapaz de absorver a enorme produção de riquezas por ele gerada, em virtude do crescimento lento do mercado consumidor, causando assim sucessivas crises de superprodução e subconsumo, que se aprofundariam até a crise definitiva do sistema.

de pobreza dos países do chamado 3º Mundo. Em terceiro, o aparecimento de uma vasta literatura sobre o desenvolvimento econômico que começou a enfatizar a necessidade da adoção de agressivas políticas por parte do Estado para superar o atraso e a pobreza, merecendo destaque os trabalhos de autores como Ragnar Nurkse (1951 e 1964), Raul Prebisch (1949), Hans Singer (1950), Gunnar Myrdal (1967 e 1972), Albert Hirschman (1967 e 1968) e Celso Furtado (1986)².

Neste novo contexto, o desenvolvimento econômico foi associado à industrialização, que deveria ser planejada e favorecida pelo Estado. Por essa razão, foram questionados os dogmas clássicos e neoclássicos, em especial as Teorias Clássica e Neoclássica do Comércio Internacional. A divisão internacional do trabalho, ao impor aos países pobres a função de meros produtores de produtos primários, condená-los-ia ao subdesenvolvimento. Assim, o subdesenvolvimento seria um *local* dentro do sistema capitalista, e não uma fase obrigatória a ser vencida pelos países pobres. A concepção centro-periferia, formulada, sobretudo, por Prebisch (1949), no âmbito da CEPAL, tornou-se um dos principais argumentos anti-liberais em favor da industrialização da América Latina, ao destacar que o atraso econômico seria provocado pelo padrão de comércio estabelecido pela divisão internacional do trabalho, ao distribuir desigualmente os frutos do progresso técnico entre os países centrais – produtores e exportadores de produtos industrializados – e os países periféricos – produtores e exportadores de produtos primários³.

As novas teorias de desenvolvimento surgidas no pós-guerra, em especial a Concepção Centro-Periferia e a Teoria da Formação de Capital, enfatizavam a formação de capital, induzida pelo Estado, como elemento propulsor do desenvolvimento econômico. Tais teorias influenciaram a formulação e implementação de políticas desenvolvimentistas em diversos países em desenvolvimento, principalmente nos anos 50 e 60.

Contudo, as distorções acumuladas com o processo de industrialização dos países em desenvolvimento, especialmente os latinoamericanos, provocaram o aparecimento de novos enfoques. Nos anos 60, surge, por exemplo, a Teoria do Capital Humano, cujo foco se desloca do capital físico para o capital intelectual. De acordo com esta teoria, a educação seria o elemento estratégico no desenvolvimento econômico. Quanto maior o investimento na educação e na qualificação da população, maior a acumulação de

² Para uma análise do debate sobre o Desenvolvimento Econômico no pós-guerra, vide Rodriguez (1981), Arndt (1987) e Bielschowsky (1988).

³ Sobre a Concepção Centro-Periferia vide, ainda, Rodriguez (1981).

conhecimento científico, tecnológico, gerencial, artístico, etc. Ademais, as diferenças de rendimento e de produtividade seriam explicadas pelas diferenças na educação da população e na qualificação da mão-de-obra.

Nos anos 70, por sua vez, novas questões são colocadas. Em primeiro lugar, mesmo que a industrialização tivesse avançado em muitos países, como o Brasil, persistiam índices elevados de pobreza e desigualdade. Em segundo, problemas ambientais de alcance global começam a se manifestar. Por isso, as concepções formuladas até então eram incapazes de contemplar estes novos aspectos.

Assim, surge no limiar do século XX um novo conceito de desenvolvimento que é acrescido do conceito de “capital-social” e por aspectos institucionais e de governança que deveriam promover a coesão, a mobilidade social, elevando a participação política dos cidadãos e pregando a idéia de que não existe um caminho único ou uma melhor teoria econômica para resolver os problemas de crescimento e desenvolvimento dos países. Embora muitos autores tenham elaborado a concepção de capital social, uma das definições mais utilizadas é a de Putnam (2000), para quem “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Isto é, o capital social pressupõe confiança entre os atores, a reciprocidade, a propensão ao associativismo e a capacidade de acatar as normas de comportamento cívico⁴.

De acordo com essa nova concepção, deve haver um esforço conjunto entre governo e sociedade, cada um cumprindo o seu papel, para criar caminhos mais adequados e seguros na busca pelo desenvolvimento mais homogêneo e mais equilibrado entre os países e entre as regiões dos países.

Nesta perspectiva, proposições de políticas de integração nacional e desenvolvimento nacional emergem no sentido de orientar e promover o desenvolvimento e a integração intra e inter-regional como estratégia de enfrentamento dos problemas locais e regionais que ora se apresentam.

⁴ Para Bourdieu (1998), “o capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento”. Sobre as origens e o uso da concepção de capital na sociologia, economia e ciência política, vide Abramovay (2000), Castilhos (2002), Rattner (2003) e Milani (2004).

Aliado a isso, surge o paradigma da “sustentabilidade” que impõe ao mundo, aos países, às regiões e às cidades o grande desafio de crescer e se desenvolver sem comprometer o meio ambiente e as gerações futuras. Este conceito de sustentabilidade foi difundido a partir do Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento (WCED, 1987), conhecido como Relatório Brundtland.⁵

A concepção inovadora de desenvolvimento sustentável foi difundida especialmente por Ignacy Sachs, que indica cinco dimensões básicas:

1. Social — distribuição mais eqüitativa da riqueza;
2. Econômica — melhor alocação e gestão dos recursos;
3. Ecológica — alavancada pela restrição do uso dos recursos esgotáveis e em favor da utilização dos recursos renováveis, pela limitação no consumo, pela ênfase nas chamadas tecnologias limpas, além da instituição e fortalecimento dos mecanismos administrativos de proteção ambiental;
4. Espacial — equilíbrio entre a configuração rural-urbana, a escolha de um modelo agrícola menos agressivo e menos excludente;
5. Cultural — defesa dos processos criativos endógenos, da pluralidade de soluções e a valorização das diferentes culturas locais⁶.

Integração e desenvolvimento sustentável pressupõem o desenvolvimento econômico e social, na busca da realização plena da cidadania e, portanto, com incremento da produção com competitividade e eqüidade social entre as regiões, contemplando o acesso à infraestrutura, à saúde, à educação, dentre outros direitos considerados imprescindíveis para o exercício da cidadania.

Coerentes com essa concepção de desenvolvimento sustentável, algumas ações têm sido adotadas pelo Governo Brasileiro desde os anos 90. Um bom exemplo são as políticas implementadas pelo MI, que, desde a sua criação, em agosto de 1999, tem como principais atribuições a formulação e a condução de políticas de integração e de desenvolvimento

⁵ Relatório Brundtland elaborado e divulgado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU) – “Nosso Futuro Comum” disponível no site da Fundação Getúlio Vargas (www.fgv.gov.br).

⁶ Conforme Sachs (1993) e Altafin & Duarte (2003).

regional sustentável, de planos e programas de desenvolvimento e o estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais. Tais atribuições têm por finalidade a promoção do desenvolvimento regional.

Embora, durante décadas, o Governo Federal tenha se empenhado em implementar políticas de desenvolvimento regional, nos últimos anos verificou-se que a redução das disparidades inter-regionais persistia como um desafio a ser vencido. Ao mesmo tempo, ficou evidente que o processo de desenvolvimento nacional foi acompanhado pelo aumento das disparidades intra-regionais. Isto é, regiões historicamente deprimidas, como o Nordeste e o Norte, não se constituem nas únicas áreas cuja atuação o Governo Federal deveria priorizar.

Houve o reconhecimento por parte do Ministério da Integração Nacional (doravante MI) que o aprofundamento da diferenciação territorial, o agravamento da exclusão social resultante da competitividade entre empresas e regiões e o contraste entre o avanço técnico e os baixos níveis de instrução têm favorecido o desemprego, a informalidade e a concentração de renda. Da mesma forma, os fluxos globais de capital, informação, tecnologia e consumo têm criado ilhas de dinamismo no território nacional, em meio à estagnação ou baixo dinamismo de várias áreas, redefinindo as relações de dependência entre as regiões.

Desta forma, o MI assumiu o desafio de promover o fortalecimento do pacto federativo, através de políticas de desenvolvimento e integração nacional, visando a uma nova inserção do país no processo de globalização.

Como forma de operacionalizar projetos cujos propósitos estejam vinculados à questão da redução das disparidades regionais e intra-regionais, o MI, por meio da Secretaria de Programas Regionais Integrados, dividiu o Brasil em 13 mesorregiões ou espaços sub-regionais locais, estaduais ou de confluência entre dois ou mais Estados (Tabela 1), de forma que fosse possível desenvolver um trabalho de cooperação e de otimização de esforços. As mesorregiões envolvem municípios que apresentam características semelhantes, em termos culturais, ambientais, econômicos e sociais, cuja atuação do MI foi priorizada, sobretudo através da implementação de políticas de integração e de desenvolvimento regional sustentável.

Tabela 1 - Mesorregiões Brasileiras conforme número de municípios, área, população e Estados envolvidos

Mesorregião	Municípios envolvidos	Área (km ²)	População (mil hab.)	Estados Envolvidos
1 -Alto Solimões	09	214,2 mil	186,4	AM
2 -Vale do Rio Acre	13	103,0 mil	380,6	AC e AM
3 -Bico do Papagaio	76	125,3 mil	1.333,8	MA, PA e TO
4 -Águas Emendadas	99	191,1 mil	1.694,6	MG e GO
5 -Vale do Jequitinhonha/ Mucuri	101	106,0 mil	1.836,2	MG, BA e ES
6 -Bacia do Itabapoana	18	10,0 mil	629,9	ES, MG e RJ
7 -Vale do Ribeira- Guaraqueçaba	32	25,9 mil	729,9	SP e PR
8 -Metade Sul do Rio Grande do Sul	99	153,9 mil	2.559,7	RS
9 -Grande Fronteira do Mercosul	412	139,3 mil	4.044,8	RS, SC e PR
10 -Zona da Mata Canaveira	220	45,0 mil	9.738,1	RN, PB, PE, AL e SE
11 -Xingó	79	139,2 mil	1.491,6	PE, AL, SE e BA
12 -Chapada do Araripe	88	71,7 mil	1.409,4	CE, PE e PI
13 -Chapada das Mangabeiras	60	253,7 mil	697,0	MA, PI, BA e TO

Fonte: Ministério da Integração Nacional – SPRI, 2001.

De acordo com o MI (2001), o grande desafio que se apresenta refere-se à implementação de ações que promovam a inserção competitiva de populações das mesorregiões em nível nacional e internacional, considerando as diferenças econômicas, sociais e ambientais e, sobretudo, as potencialidades locais e mesorregionais, que devem ser otimizadas.

O Programa de Mesorregiões é implementado através de formação de parcerias estratégicas com governos estaduais, municipais, Universidades e organizações não governamentais (ONG's). Neste sentido, o MI celebrou, em 2002, Convênio com a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, tendo como interveniente a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior no Norte de Minas Gerais – FADENOR. Tal Convênio teve por objeto a criação e implementação do *Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri*, cujo propósito foi promover ações orientadas para o desenvolvimento integrado e sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, constituída de 101 municípios nas fronteiras dos Estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais.

O *Fórum* se insere no contexto da nova proposta de gestão compartilhada do território, a partir da articulação dos vários representantes da mesorregião com o propósito de elaborar e implementar um plano de desenvolvimento. Consiste, assim, num meio de articulação institucional entre as diversas esferas de governo e a sociedade civil organizada, de identificação, discussão e encaminhamento de propostas de ações, de apoio à mobilização de comunidades mediante o incentivo ao associativismo e ao cooperativismo e de fomento a outras organizações representativas das comunidades locais.

O presente trabalho objetiva relatar a experiência da UNIMONTES e do MI na implementação do *Fórum* que culminou na criação da Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável na Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri – MESOVALES e apontar algumas das implicações da criação desta Agência, que significa, hoje, mais do que uma estratégia, mas também uma esperança e um espaço de construção coletiva de uma nova política de desenvolvimento para esses vales, que, historicamente, foram marginalizados pelas políticas de desenvolvimento regional.

2. O processo de criação da agência — metodologia

Considerando que criar uma Agência de Desenvolvimento seria uma tarefa demasiadamente abrangente e difícil, por exigir uma grande mobilização, articulação e, acima de tudo, uma co-responsabilização dos agentes políticos, econômicos e sociais que ali vivem, a UNIMONTES adotou uma metodologia de trabalho participativo que orientou todo o processo de criação desta agência.

A Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri é composta por 101 municípios, sendo 74 no Estado de Minas Gerais, dispostos em 7 microrregiões (Almenara, Araçuaí, Capelinha, Teófilo Otoni, Pedra Azul, Nanuque e Diamantina); 19 no Estado da Bahia, na microrregião de Porto Seguro e 8 no Estado do Espírito Santo, em 2 microrregiões (Montanha e São Mateus).

Como se trata de uma região extensa e que envolve uma quantidade significativa de municípios, estabeleceram-se espaços ou lugares estratégicos para mobilizar e articular os diversos atores envolvidos nesta proposta. Contudo, cumpre ressaltar que, em alguns momentos, houve articulação institucional em praticamente todos os municípios integrantes desta mesorregião.

Como marco referencial deste trabalho, foi realizado no município de Montes Claros, em agosto de 2002, o seminário conjunto de lançamento dos programas das mesorregiões de Águas Emendadas e Vales do Jequitinhonha e Mucuri, que contou com a participação de entidades públicas e privadas e dos mais diversos atores políticos e sociais, *que se comprometeram em aderir aos respectivos Fóruns*.

Depois da realização do seminário conjunto de lançamento do programa, acentuou-se o processo de mobilização por meio de visitas técnicas constantes às prefeituras, órgãos públicos federais e estaduais, entidades privadas e atores da sociedade civil organizadas no terceiro setor. Neste processo, teve grande importância a participação das associações de municípios do alto, médio e baixo Jequitinhonha e do Mucuri, respectivamente AMAJE, AMEJE, AMBAJ e AMUC.

Além disso, o processo ganhou a adesão de parceiros importantes, como Instituições de Ensino Superior, de Assistência Técnica e Extensão Rural, Entidades Patronais, Sindicatos, ONG's, dentre outros atores que acompanhavam sistematicamente todo o trabalho.

A partir de setembro de 2002, foi realizada a mobilização em âmbito local, através de visitas e eventos em municípios considerados pólos microrregionais. Ainda em setembro, foi realizado no município de Teófilo Otoni o I Encontro Regional para criação da Agência de Desenvolvimento Integrado das Mesorregiões dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Esse encontro contou com a presença de mais de 50 prefeitos mineiros, sendo 36 deles especificamente dos municípios envolvidos diretamente na macrorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Esta presença maciça de prefeitos, bem como de outros atores políticos e sociais, foi decorrente da intensa discussão sobre a possibilidade de criação da Agência de Desenvolvimento Integrado para a mesorregião. A Agência começava a representar para esta região um espaço importante de articulação política e, ao mesmo tempo, de concepção de estratégias de rompimento dos entraves sociais, políticos e econômicos que sempre dificultaram aos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri saírem da histórica condição de subdesenvolvimento. Ao final deste I Encontro Regional, criou-se um Comitê Gestor para o *Fórum* provisório para a criação da Agência.

Nos meses de outubro e novembro de 2002, as atividades de mobilização concentraram-se na Bahia e no Espírito Santo, em razão do menor grau de mobilização dos atores dos municípios destes Estados, comparativamente aos dos municípios de Minas Gerais. Foram

realizadas inúmeras visitas técnicas aos municípios, ampliando a discussão e socialização das informações através de encontros micro-regionais em Eunápolis-BA e em São Mateus-ES, envolvendo novos atores que passaram a compor a iniciativa de construção da Agência.

No mês de dezembro de 2002, ocorreram os II e III encontros regionais para a criação da Agência nos municípios de Carbonita-MG e Teixeira de Freitas-BA, respectivamente. Os eventos contaram com a presença de considerável número de representantes da mesorregião e, a partir destes encontros, ficou fortalecida a proposta de criação da Agência.

Vale ressaltar que, nos encontros regionais, destacava-se a presença de representantes de vários Ministérios, de deputados estaduais e federais de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, de representantes dos governos estaduais e municipais e da importante participação da sociedade civil organizada e do terceiro setor. A discussão, a partir de cada encontro, tornava-se mais clara e transformava-se numa proposta plural e participativa na sua essência.

Em janeiro de 2003, organizou-se o I Encontro Mesorregional no município de Araçuaí, quando a discussão avançou para a criação do Estatuto da Agência. Neste I Encontro Mesorregional, foi apresentado o Projeto do Portal da Agência de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri na internet, o que colocava à disposição dos parceiros um importante canal de comunicação. Discutiui-se, ainda, a natureza jurídica da Agência a ser criada, momento em que se definiu por instituí-la de acordo com a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, em função tanto da flexibilidade quanto da aproximação desta lei com os objetivos da Agência.

Posterior ao encontro mesorregional em Araçuaí e, mediante os trabalhos desenvolvidos pelo comitê provisório e pelos grupos de trabalho microrregionais, realizou-se em Pinheiros-ES uma reunião de trabalho do comitê provisório, em março de 2003, quando foi esboçado o Estatuto da Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Em abril de 2003, foi realizada em Teófilo Otoni-MG a Assembléia Geral de fundação da Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Nesta Assembléia, a partir do credenciamento dos sócios

fundadores, sócios contribuintes e sócios colaboradores, foi discutido e aprovado o estatuto da Agência e, ao mesmo tempo, elegeu-se democraticamente os Conselhos Deliberativo, Fiscal, Técnico e de Entidades da Agência.

A partir deste momento, a Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri passou a ser denominada oficialmente MESOVALES. A assembléia de criação da MESOVALES contou com a participação de 450 pessoas, das quais 247 constituíam-se de sócios fundadores. Decidiu-se ainda, neste seminário, que a sede da MESOVALES seria no município de Araçuaí-MG.

Em maio de 2003, todos os conselheiros da Mesovales se reuniram em Itaobim-MG para planejar as atividades e analisar as perspectivas da Mesovales.

Em setembro de 2003, aconteceu o evento de inauguração da sede da Agência Mesovales em Araçuaí-MG, que contou com a participação de diversas autoridades mesorregionais, bem como do Ministro da Integração Nacional.

3. A MESOVALES

A Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri – MESOVALES, é uma organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP, sem fins lucrativos, regida pela lei nº 9.790/99.

A Agência MESOVALES atua em uma área que envolve 101 municípios da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, dos quais 74 localizam-se em Minas Gerais, 19 no extremo Sul da Bahia e 8 no norte do Espírito Santo.

A MESOVALES constituiu-se num importante espaço de articulação e negociação em prol do desenvolvimento integrado e sustentável de uma região que, historicamente, tem enfrentado grandes desafios para sair da condição de subdesenvolvimento.

De acordo com seu estatuto, a MESOVALES tem como objetivos permanentes: A) Promover o desenvolvimento social e econômico de forma integrada e sustentável da mesorregião de referência; B) Promover ações de combate à pobreza e à desigualdade; C) Fortalecer as estruturas produtivas da região a partir da mobilização de seu potencial e promover novos modelos sócio-produtivos e sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; D) Promover ações para defesa, preservação e conservação do meio

ambiente; E) Promover ações de educação, saúde e assistência social; F) Promover ações para garantir o direito à segurança alimentar e nutricional; G) Promover ações para defender e conservar o patrimônio cultural, histórico e artístico regional; H) Promover os direitos humanos e os valores do Estado democrático de direito; I) Promover a cooperação técnica, tecnológica e financeira com organismos nacionais e internacionais, voltada para a integração e o desenvolvimento mesorregional; K) Promover estudos e pesquisas destinadas à identificação de potencialidades e vulnerabilidades sócio-econômicas e ambientais e propor estratégias e ações compatíveis com o espaço mesorregional; L) Promover estudos de ordenamento e gestão territoriais e avaliar impactos das ações de integração e desenvolvimento regional; M) Elaborar estudos de viabilidade e de adequabilidade dos projetos de integração e desenvolvimento regional e N) Promover o voluntariado e ações coletivas em parceria com organizações não governamentais – ONGs e movimentos sociais da região.

A MESOVALES é composta por 247 sócios fundadores. Além dos sócios fundadores, que são os signatários da Ata de Fundação da Agência, que terão direito de votar e serem votados em todos os níveis e instâncias, a Agência conta, ainda, com os sócios contribuintes que, após um ano de colaboração espontânea, poderão ter seus nomes indicados pelos conselheiros da Agência e conquistarem o direito de votar e serem votados em todos os níveis e instâncias da MESOVALES, tornando-se sócios efetivos.

Vale ressaltar que, mesmo havendo ampla mobilização nos Estados do Espírito Santo e Bahia, a grande maioria dos sócios fundadores da MESOVALES, (42,91%), é do Estado de Minas Gerais.

Dos 247 sócios fundadores da Agência, 84 (34%) são representantes de entidades públicas, com uma maior incidência das instituições municipais; 24 (9,72%) são representantes de instituições privadas e a grande maioria, ou seja, 139 (56,3%) são representantes do terceiro setor. Este dado revela o quanto a sociedade civil organizada se mobilizou em prol da criação da Agência e o quanto estão dispostos a participar de uma política que visa o crescimento e o desenvolvimento integrado desta mesorregião que, como já foi mencionado, durante muito tempo foi excluída de políticas convencionais voltadas para o desenvolvimento como a via industrial e intervenção do governo.

Do ponto de vista organizacional, a MESOVALES possui 4 conselhos: o Conselho deliberativo, o Conselho Técnico, o Conselho Fiscal e o Conselho de Entidades.

O Conselho deliberativo tem função decisória sobre as questões gerais e delineadoras dos rumos estratégicos da Agência; o Conselho Técnico é um órgão colegiado que tem a responsabilidade de apresentar o plano operacional anual e plurianual das atividades da MESOVALES ao Conselho Deliberativo; já o Conselho fiscal tem uma função de supervisão e fiscalização de todos os atos da gestão orçamentária, financeira, administrativa, contábil e patrimonial correspondendo, desta forma, ao controle social da MESOVALES.

O Conselho de Entidades, por sua vez, tem uma função consultiva e propositiva e é formado por sócios fundadores e efetivos que representam os segmentos dos setores público e privado e dos segmentos do terceiro setor que atuam e tem seus interesses ligados às comunidades localizadas nas áreas de atuação da MESOVALES.

O patrimônio e a receita da MESOVALES são constituídos pelos bens e direitos a ela transferidos, pelos bens adquiridos no exercício de suas atividades, por subvenções e doações oficiais ou particulares, nacionais e internacionais, e pela remuneração dos serviços técnicos que prestar a terceiros.

Como estratégia de trabalho da MESOVALES, foi deliberada, em Assembléia Geral, a criação de núcleos regionais da Agência que visam desenvolver o plano de desenvolvimento integrado e sustentável nas microrregiões em referência, sem perder de vista, é claro, os objetivos do desenvolvimento mesorregional.

Para tanto, os núcleos regionais poderão propor programas e projetos a serem desenvolvidos nos sub-espços regionais, bem como articular e viabilizar a elaboração, implantação e monitoramento de projetos em execução na microrregião em questão.

Atualmente, a Agência Mesovalues encontra-se em fase de estruturação e implementação de atividades administrativas e de articulação político-institucional que viabilizem a sua efetiva atuação na mesorregião, visando a consecução dos objetivos propostos.

4. A mesorregião e a agência MESOVALES: desafios e perspectivas

A Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri é marcada pela predominância de indicadores econômicos e sociais bastante insatisfatórios. Ademais, é grande a heterogeneidade entre os Estados e mesmo entre as microrregiões que compõem esta mesorregião.

Em primeiro lugar, de acordo com dados do IPEA, o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante da mesorregião, em 1996, no valor de US\$1.951,00, era inferior ao do Estado da Bahia (US\$2.568,00), do Espírito Santo (US\$4.361,00) e de Minas Gerais (US\$4.618,00) e da média destes três Estados, de US\$3.792,00.

No período de 1970 a 1996, a taxa de crescimento médio do PIB total da mesorregião, de 4,7%, foi inferior à da Bahia (4,9%), à de Minas Gerais (5,2%) e à do Espírito Santo (5,7%), bem como da média dos três Estados (5,2%), sendo apenas ligeiramente superior à taxa brasileira (4,6%).

Em todas as 10 microrregiões que compõem a mesorregião, o PIB por habitante é inferior à média de cada um dos Estados. Em Minas Gerais, por exemplo, o PIB por habitante das microrregiões de Araçuaí (US\$1.120,00), Capelinha (US\$1.250,00) e Pedra Azul (US\$1.189,00), representa cerca de $\frac{1}{4}$ da média do Estado.

O peso da agropecuária e do setor de serviços é superior à média de cada um dos Estados e da média nacional. Isto reflete o baixo dinamismo da economia local em razão da elevada dependência da pecuária extensiva e da predominância da agricultura de subsistência na maior parte da mesorregião. Ademais, o peso do setor de serviços é ampliado em virtude da grande participação da administração pública no emprego.

O baixo dinamismo da economia local explica o reduzido crescimento populacional verificado na maior parte das microrregiões da meso. Entre 1970 e 1996, a taxa média anual de crescimento da população da meso foi de cerca de 0,6%, inferior, portanto, à verificada na Bahia (2,1%), no Espírito Santo (2,3%), na média dos três Estados (1,8%) e no Brasil (2,1%). Nas microrregiões de Almenara, Nanuque e Teófilo Otoni houve decréscimo da população. No período recente, de 1991 a 2000, estas três microrregiões apresentaram crescimento negativo da população, enquanto que as microrregiões de Araçuaí e de Pedra Azul foram marcadas por crescimento próximo de zero. A microrregião

de Porto Seguro, na Bahia, por sua vez, foi marcada por rápido crescimento populacional, especialmente no período 1991 a 2000, de 2,19% ao ano, muito superior à verificada no Estado, na meso e no país.

O Baixo dinamismo da economia local tem provocado uma persistente redução da sua capacidade de geração de emprego e renda, conservando, assim, percentuais elevados da população abaixo da linha da pobreza. De acordo com dados do IBGE e da Fundação João Pinheiro para o ano de 2000, em muitos municípios ainda prevalecem elevados níveis de pobreza. Nos municípios da mesorregião de Minas Gerais e do Espírito Santo se concentram os principais bolsões de pobreza destes dois Estados. Em Minas Gerais, existem municípios cujo percentual de pessoas pobres – com rendimento familiar per capita inferior a R\$75,50 em 2000 – era superior a 75%, como Itinga (77,6%), Catuji (76,1%), Comercinho (77,7%), Franciscópolis (78,8%) e Ponto dos Volantes (78,9%).

Tais percentuais elevados de pobreza contribuem para uma qualidade de vida insatisfatória para a maioria da população, refletida em Índice de Desenvolvimento Humano abaixo da média dos respectivos Estados e do Brasil. Na porção mineira da meso estão localizados alguns dos municípios com o pior IDH do Estado, como Setubinha (0,568), e um dos mais baixos do Brasil. Neste município, 46% da população adulta era analfabeta em 2000. Na parte capixaba da meso também estão localizados os municípios com os piores IDH do Estado⁷. Ademais, a média de anos de Estudo da população se situava ao redor de 3 anos em 2000, evidenciando a fragilidade da formação de capital humano em âmbito mesorregional.

Por fim, cabe salientar que as cidades da meso são marcadas por deficiente infra-estrutura urbana, especialmente no que diz respeito a saneamento básico, saúde e educação, favorecendo, assim, a qualidade de vida insatisfatória e a migração de parte da população, que busca, em outras regiões, oportunidades e acesso a serviços públicos de boa qualidade. Além disso, encontra-se em situação precária a infra-estrutura da mesorregião, sobretudo a sua malha rodoviária, dificultando a exploração da sua potencialidade econômica, principalmente em áreas cuja presença de boa infra-estrutura é determinante na atração dos investimentos. Vale também ressaltar que a precariedade da infra-estrutura atrasa o

⁷ E, de acordo com o Atlas da Exclusão Social no Brasil, elaborado sob a coordenação de Márcio Pochmann & Ricardo Amorim, dos 100 municípios de Minas Gerais que apresentaram o pior índice de exclusão em 2000, 90 estão localizados no Norte de Minas e nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

desenvolvimento do turismo, atividade econômica potencial na mesorregião, com características diferenciadas na região litorânea e no interior da meso.

Apesar dos indicadores insatisfatórios e das restrições existentes, várias instituições estão engajadas no processo participativo de construção do novo modelo proposto pelo *Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri*.

Caberá, portanto, à Agência MESOVALES promover a articulação institucional orientada à remoção dos principais pontos que estrangulam o desenvolvimento da região. Isto é, a Agência deverá fornecer os subsídios, por meio de estudos, diagnósticos e planos de ação, e mobilizar os atores para captação e gestão dos recursos necessários à superação destes estrangulamentos.

Os estrangulamentos existentes relacionam-se à utilização nem sempre eficiente dos recursos disponíveis e à exploração deficiente das potencialidades mesorregionais, não representando, portanto, obstáculos intransponíveis que condenam toda mesorregião ao atraso e ao abandono.

Assim, é necessário à Agência MESOVALES articular um amplo processo de reflexão das características específicas da mesorregião, objetivando a construção de um plano de desenvolvimento para este espaço que contemple as especificidades econômicas e sociais que o tornam diferenciado. O papel da sociedade civil, integrada ao setor público e à iniciativa privada, na construção e implementação deste plano, é essencial ao rompimento do atual modelo de desenvolvimento da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, que não tem sido eficaz na equalização dos resultados.

5. Considerações finais

De forma geral, é importante destacar alguns aspectos. Inicialmente, quanto à metodologia de criação da Agência, as atividades desenvolvidas pela Unimontes no processo de mobilização e organização dos atores na Mesorregião tiveram como base a socialização de informações e sensibilização junto a atores-chaves nos municípios e/ou nas microrregiões. Assim, o contato e articulação das regiões foram realizados em parceria com o poder público e outras organizações de maior inserção e credibilidade local, o que foi fundamental no processo.

No entanto, a dimensão geográfica da Mesorregião, bem como as características das comunicações e da cultura regional, às vezes, apresentavam-se como dificultadores no processo. Porém, com o decorrer do tempo e melhor inserção da equipe na Mesorregião, os contatos e as articulações tornaram-se mais fáceis e diluídas, agilizando e dando maior eficácia às ações.

Dessas dificuldades e da vivência que se deu no decorrer do processo, foi possível depreender que, naquele espaço mesorregional, para além das organizações e da tecnologia, são as pessoas e o contato pessoal que possibilitam desenvolver, com expectativa de resultados, ações de mobilização e articulação de instituições em torno de idéias e propostas, que signifiquem uma nova relação com o Governo e seus programas de desenvolvimento.

Assim, na metodologia do trabalho, optou-se por intensificar os contatos pessoais e as reuniões locais como forma de discussão do programa e de divulgação das ações e eventos.

Essa característica personalista das relações na mesorregião deve ser considerada em todas as investidas de fomento ao desenvolvimento na Mesorregião, sob pena de não se colher os resultados esperados.

Além disso, a continuidade das ações da Agência deve ponderar esse aspecto ao planejar e implementar suas atividades.

Outro aspeto que merece destaque diz respeito à composição dos sócios da Agência. Quando do processo de reflexão e identificação dos possíveis associados, bem como na ocasião da elaboração do Estatuto da Agência, a preocupação com o quadro social sempre foi aspecto de destaque.

No entanto, mesmo depois de tanta reflexão, o quadro social atual da MESOVALES não representa a realidade quanto ao envolvimento e interesse de debater e empreender ações de desenvolvimento mesorregional.

Nestes termos, é necessário à MESOVALES empreender um processo de discussão sobre a sua composição social e, a partir dos núcleos constituídos, rever o real interesse dos fundadores em permanecer e contribuir, principalmente financeiramente, para a manutenção da Agência. Ademais, é importante criar uma dinâmica de participação dos atores locais nas discussões da mesorregião, sem condicionar esta à sua associação à

Agência. Isto poderá se dar a partir de fóruns conduzidos pelos representantes da Agência nos núcleos microrregionais constituídos.

Enfim, vale ressaltar que os resultados do processo de mobilização e articulação empreendido na constituição da Agência favoreceram a integração de diversos atores da mesorregião em prol de uma proposta comum. Assim, o principal legado deste trabalho, para além da composição da MESOVALES, acredita-se, é o início de um processo, sem volta, de revisão dos parâmetros adotados de desenvolvimento deste espaço e o despertar da mesorregião para o seu potencial, quando integrada e tendo a sociedade civil, poder público e iniciativa privada como parceiros.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. “O Capital Social dos Territórios: Repensando o Desenvolvimento Rural”. *Economia Aplicada* – volume 4, n° 2, abril/junho, 2000

ALTAFIN, I. G. & DUARTE, L. M. G. Desenvolvimento Sustentável e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, 2003.

ARNDT, H. W. *Economic Development: The History of An Idea*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

BIELSCHOWSKY, R. *O Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1988.

BOURDIEU, P. “O Capital Social — Notas Provisórias”. In: NOQUEIRA, M. A. & CATANI, A. *Escritos de educação*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CASTILHOS, D. S. B. Capital Social e Políticas Públicas: Um Estudo da Linha Infraestrutura e Serviços aos Municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Faculdade de Ciências Econômicas, 2002.

HIRSCHMAN, A. O. *Monetarismo Vs. Estruturalismo*. Um Estudo Sobre a América Latina. Rio de Janeiro: Cidador, 1967.

_____. “A Economia Política da Industrialização na América Latina”. *Dados-IUPERJ*, 5:113-143, 1968.

FURTADO, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MAGALHÃES, C. M. Sustentabilidade no Semi-Árido Nordeste. Disponível em WWW.UNB.BR/IH/ECO/NEPAMA/DISSERTAÇÕES, 2003.

MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). Disponível em [HTTP://WWW.ADM.UFBA.BR](http://WWW.ADM.UFBA.BR), 2004.

MYRDAL, G. *Perspectivas de Uma Economia Internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

_____. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NURKSE, R. “Seis Conferências”. *Revista Brasileira de Economia*, 5(4):11-190, 1951.

_____. “A Teoria do Comércio Internacional e a Política de Desenvolvimento”. In ELLIS, H. S. (Org.). *Desenvolvimento Econômico para a América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

POCHMANN, M. & AMORIM, R. (Coord.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

PREBISCH, R. “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e os Seus Principais Problemas”. *Revista Brasileira de Economia*, 3 (3): 47-112, 1949.

RATTNER, H. “Os Descaminhos do Desenvolvimento”. *Revista Espaço Acadêmico* – ano II – 21/fevereiro, 2003.

REIS, G. A. et alli. Diferenças e parcerias: esse é o foco do nosso negócio – MESOVALES. Montes Claros, Ed. Unimontes, 2004 (no prelo).

RODRIGUEZ, O. *A Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI*. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SINGER, H. W. “Cinco Conferências”. *Revista Brasileira de Economia*, V. 4, set, 1950.